



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS LIBRAS - BACHARELADO

Luciane Dornelas Estanislao

**Interpretação Comunitária para Surdos: uma revisão das
publicações entre 2010 a 2021**

Ribeirão das Neves /MG

2021

Luciane Dornelas Estanislao

Interpretação Comunitária para Surdos: uma revisão das publicações entre 2010 a 2021

Trabalho apresentado à Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para a conclusão do curso de Graduação Bacharelado em Letras Libras.

Professora Orientadora: Dra. Audrei Gesser

Ribeirão das Neves/MG

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Estanislao, Luciane Dornelas

Interpretação comunitária para surdos : uma revisão das publicações entre 2010 e 2021 / Luciane Dornelas Estanislao ; orientadora, Audrei Gesser, 2021.

50 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Comunicação e Expressão, Graduação em Letras LIBRAS,
Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Letras LIBRAS. 2. Interpretação comunitária. 3.
Intérprete ad hoc. 4. Surdo. 5. Libras. I. Gesser, Audrei.
II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em
Letras LIBRAS. III. Título.

*O Senhor Deus é sol e escudo;
o Senhor concede favor e honra;
não recusa nenhum bem aos que
viverem com integridade.*

Salmos 84:11

DEDICATÓRIA

Antes de tudo, durante e sempre, minha gratidão a Deus. Olhando para trás, vejo com clareza que Ele desenhou o melhor roteiro para minha vida e tem me mantido firme com seu amor.

Quero agradecer ao meu esposo Davidson Henrique que me desafiou a fazer o vestibular do Letras-Libras, foi meu incentivador todo tempo, ele também foi meu companheiro de turma, nós fomos a dupla inseparável.

Agradeço aos meus filhos Samuel e Marina que foram compreensíveis na minha ausência e cooperaram para que eu pudesse chegar até aqui.

Quero agradecer a minha amiga e coordenadora Débora Goulart, que se permitiu ser um instrumento nas mãos do Pai para trazer este curso até nós. Uma grande mulher, altamente profissional, dedicada, sensível e incentivadora.

Agradeço a minha mãe, mulher guerreira, dedicada aos filhos e que nunca deixou me faltar nada. Ao meu pai que, mesmo ausente, se faz presente em minha vida. Agradeço também aos meus irmãos e amigos, que me apoiaram e me serviram quando eu precisei. Vocês fazem parte desta conquista.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora Dra. Audrei Gesser, pela sua dedicação, disponibilidade e competência, e por contribuir com instruções tão eficazes.

Agradeço a minha amiga, coordenadora e mestre Débora Goulart, que se empenhou de uma forma excepcional para me ajudar a executar esse trabalho. Obrigada por ter acreditado em mim e também pela sensibilidade, e incentivo que recebi durante todo tempo.

Agradeço ao meu primeiro orientador Dr. Tarcísio de Arantes Leite, que por motivos administrativos não pode continuar o seu trabalho. Um professor maravilhoso e um excelente profissional.

RESUMO

A área de atuação do intérprete comunitário é muito mais ampla e complexa do que os estudos geralmente apresentam. É uma área carente de profissionais, sendo a atuação muitas vezes realizada por familiares, amigos, vizinhos, mediadores não profissionais. Este estudo tem como objetivo refletir sobre a interpretação comunitária não profissional – muitas vezes denominada como intérprete *ad hoc* – para o surdo brasileiro. A mediação feita por não profissionais é uma situação que os surdos recorrem até os dias de hoje. Essa pesquisa pretende, por meio de um mapeamento a partir da revisão sistemática da literatura, seguindo uma abordagem quali-quantitativa, levantar as principais questões abordadas considerando o ponto de vista sobre a interpretação comunitária em seus diversos contextos. O levantamento é feito entre os anos de 2010 a 2021, por filtro de busca no *Google Acadêmico*, e discorre sobre sete categorias de análise: *conceituação, âmbitos de ocorrência, tipos de intérpretes, formação dos intérpretes, implicações para o público surdo, menção ao direito linguístico do surdo, perspectivas futuras*. O objetivo geral é ver em que medida a atuação realizada de maneira não profissional ou *ad hoc* acarreta à vida do indivíduo surdo. Os resultados obtidos nessa pesquisa reforçam o que já era esperado: é consenso entre os autores que a prática da interpretação não profissional está longe de ser extinta, assim como a escassez de profissionais qualificados na área, e que a prática deve ser mais investigada pensando no reconhecimento, formação e remuneração dos intérpretes comunitários. Apesar de todos esses impasses, temos vivenciado nos últimos anos uma evolução significativa no âmbito da interpretação comunitária. Mas ao mesmo tempo, percebemos que o ideal ainda é distante.

Palavras-Chave: Interpretação comunitária; Intérprete *ad hoc*; Surdo; Libras.

ABSTRACT

The field of action of the community interpreter is much broader and more complex than studies generally present. It is an area lacking professionals, and the work is often performed by family members, friends, neighbors, and non-certified mediators. This study aims to reflect on community interpreting – often referred to as *ad hoc* interpreter – for the Brazilian deaf. Mediation performed by non-professionals is a situation that deaf people still resort to today. Through a mapping based on systematic literature review, following a quali-quantitative approach, this research study intends to raise the main issues addressed considering the point of view of community interpretation in its various contexts. The survey is carried out between the years 2010 to 2021, by Google Scholar searches, and discusses seven categories of analysis: conceptualization, scope of occurrence, types of interpreters, training of interpreters, implications for the deaf public, mention of linguistic rights of the deaf community, and future perspectives. The general objective is to observe to which extent the performance of non-certified interpreters or *ad hoc* interpreters impact the life of deaf individuals. The results obtained from this research study reinforce what was expected: there is a consensus among authors that the practice of non-professional interpretation is far from being extinct, as well as the shortage of qualified professionals in the area, and that the practice should be further investigated with a view on recognition, training and wage for community interpreters. Despite all these impasses, in recent years we have experienced significant advancements within the scope of community interpretation. However, the situation is still far from ideal.

Keywords: Community interpretation; *Ad hoc* interpreter; Deaf; LIBRAS.

RESUMO EM LIBRAS

Link de acesso: https://youtu.be/jK6_ueoq0mY



LISTA DE QUADROS

Quadro 1	-	Critérios para filtrar a busca	30
Quadro 2	-	Trabalhos selecionados para a pesquisa	31
Quadro 3	-	Agrupamento das categorias.....	35
Quadro 4	-	Conceituação de interpretação comunitária.....	36
Quadro 5	-	Âmbitos de ocorrência	37
Quadro 6	-	Tipos de intérpretes.....	38
Quadro 7	-	Formação.....	40
Quadro 8	-	Implicações da interpretação <i>ad hoc</i> para os surdos	41
Quadro 9	-	Menção à violação do direito linguístico.....	42
Quadro 10	-	Perspectivas futuras.....	44

LISTA DE SIGLAS

BH – Belo Horizonte

CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais

ET's – Estudos da Tradução

FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos

ILS – Intérprete de Língua de Sinais

JOCUM - Jovens com uma Missão

LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais

MG - Minas Gerais

ONG - Organização não Governamental

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TILSP – Tradutor intérprete de língua de sinais língua portuguesa

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 APORTE TEÓRICO E CONCEITUAL	21
1.1 Definindo tradução e interpretação	21
1.2 História dos tradutores intérpretes de língua de sinais no Brasil	22
1.3 Interpretação comunitária e sua relação com os surdos.....	25
2 METODOLOGIA DE PESQUISA.....	28
2.1 Abordagem, natureza e tipo de pesquisa.....	28
2.2 Coleta de dados.....	29
2.3 A análise e interpretação dos dados	29
3 UM PANORAMA DAS PUBLICAÇÕES.....	31
3.1 A construção das subcategorias e o diálogo com os autores	35
3.2 Questões inerentes aos intérpretes e à interpretação.....	35
3.3 Questões inerentes ao indivíduo surdo.....	40
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERÊNCIAS.....	47

INTRODUÇÃO

Da inserção na comunidade surda ao Letras-Libras

Sou natural de João Pessoa, mas residi na cidade do Recife por um tempo onde eu tive a oportunidade de servir como voluntária na organização JOCUM – Jovens com uma Missão, uma Organização não Governamental (ONG), em projetos com meninos de rua, comunidades carentes e famílias de presidiários. No ano de 1994, eu vim para Belo Horizonte fazer um curso de capacitação para trabalhar com crianças em situações de risco. Durante o curso eu tive aulas de Libras, e fui muito impactada com tudo o que foi ensinado naquele curso sobre a história dos surdos e sobre a língua de sinais. Eu refleti muito sobre as informações que recebi, tudo o que ouvi era novo para mim. Dali em diante eu passei a ter um olhar diferente para o surdo, não só para sua língua que encanta, mas para o sujeito surdo como pessoa, a sua história, as dificuldades que enfrentam na família e na sociedade em geral. Saí daquele lugar observando todas as mãozinhas que se mexiam no caminho para ver se eram de algum surdo.

Conheci meu esposo durante o curso. Ele era um dos professores que dava aulas de Libras juntamente com um professor surdo. Nos casamos em 1996, quando passei a conviver também com o meu cunhado surdo. Por meio deles, eu fui introduzida na comunidade surda, e fui adquirindo mais conhecimento da língua nos relacionamentos com outros surdos, um universo de descobertas, desafios e lutas. Percebi que a maioria dos jovens surdos que eu e o meu esposo tínhamos contato eram filhos de pais separados, sem uma estrutura familiar sólida. Essa aproximação com eles me dava a oportunidade de perceber suas dificuldades, levando-me a pensar sobre estratégias de prevenção, para que se tornassem jovens preparados para enfrentar a vida lá fora, sem aquela dependência familiar de viverem sendo tratados como deficientes. O que na verdade eles precisavam era de oportunidades. A maior parte dessas famílias é chefiada por mulheres batalhadoras que se sacrificam para não deixar faltar o pão de cada dia em sua casa. As adversidades da vida muitas vezes não contribuem para que essa mãe e chefe de família dê a atenção necessária ao filho surdo. Em muitos casos, não conseguem nem mesmo estabelecer uma comunicação eficaz. A falta de comunicação na família, de recursos financeiros, de assistência por parte do poder público, tem contribuído para que os surdos cresçam sem muitas oportunidades e com pouco convívio social.

Mediante a esta percepção, surgiu dentro de mim o interesse em realizar um trabalho preventivo com as crianças surdas e suas famílias, em uma comunidade de Belo

Horizonte. Em 1996, quando iniciamos esse trabalho, as famílias não tinham conhecimento e nem mesmo acesso às informações que temos hoje. Eu me lembro das primeiras visitas que eu fiz a uma família que se mudou do interior da Bahia para Belo Horizonte, para cuidar de uma das filhas que estava com problemas de saúde. Essa família tinha um casal de gêmeos surdos. Na época, as crianças tinham nove anos de idade. Eles não sabiam a língua de sinais e não estavam matriculados em nenhuma escola. Durante a minha conversa com a mãe, percebi certo desapontamento em relação ao futuro dos filhos. Ela dizia que os filhos, por serem deficientes, nunca poderiam trabalhar, casar e ter uma vida normal. Esse era o olhar da mãe em relação aos filhos. A falta de informação e de orientação sobre a surdez fez com que aquela família pensasse que seus filhos não eram inteligentes, tinham problemas mentais, não iriam falar e nem teriam capacidade de compreensão, de forma que não conseguiriam trabalhar e nem se comunicar como um cidadão “comum”. Eram pensamentos que persistiam, trazendo desconforto para aquela família.

Histórias como essa se repetem até os dias de hoje. O sofrimento e o desapontamento da família têm relação com a expectativa frustrada ao descobrir o diagnóstico da surdez do seu filho. É uma notícia dolorosa, da forma que vêm sendo dada, com foco na incapacidade, que gera nos pais um sentimento de tristeza, culpa e de impotência diante do desconhecido. Segundo Strobel (2015) o nascimento de uma criança surda em família ouvinte é uma catástrofe, pois estas não conhecem o mundo surdo e estão acostumadas a um padrão normalizador, o que gera um desapontamento, ao contrário do que ocorre na família de surdos, onde os bebês surdos geralmente são recebidos como uma dádiva.

Com o passar dos anos, o casal de irmãos gêmeos cresceu, eles concluíram o ensino médio, conseguiram seu primeiro emprego e casaram, formando suas próprias famílias e seguindo suas vidas de modo independente. Tudo isso foi possível porque as crianças mencionadas foram inseridas no projeto Casa Semear, da JOCUM e matriculadas em uma escola especializada em educação dos surdos. Ambas as instituições mantinham uma relação de parceria para acolher alunos que demonstravam dificuldades de aprendizado ou de relacionamento.

O projeto Casa Semear, da JOCUM, tem como objetivo levar às famílias informações sobre a surdez e ressaltar a elas a importância de se dedicarem a conhecer o universo do surdo, sua cultura e aprender a Libras para estabelecer uma boa comunicação com seus filhos surdos, fortalecendo o vínculo afetivo.

O trabalho com as crianças surdas tem como finalidade levar conhecimentos, informações por meio de atividades na área da informática e instruí-los quanto ao comportamento social adequado nos mais diversos ambientes, dentro e fora do convívio familiar. Buscamos também trabalhar com eles o respeito mútuo, questões de higiene e saúde, prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas, combate a todo tipo de abuso e preconceito e conectar os filhos aos pais, fortalecendo o vínculo mediante eventos como acampamentos e passeios em família. Além disso, exploramos a criatividade por meio do teatro, da contação de histórias, de leituras e brincadeiras. A marca do projeto é a família, pois sem a parceria da mesma, o trabalho não tem êxito. O intuito é que essas crianças se tornem cidadãos mais preparados para a vida independente em sociedade, instruídos e, ao mesmo tempo, conectados com suas famílias.

Este projeto tem sido um grande ensinamento para mim. As experiências, a maneira de conviver com os surdos e suas famílias, me mostra de modo humano, as vias de conhecimentos para a minha vida pessoal e profissional. É um trabalho que desperta empatia e nos dá a oportunidade de contribuir para a transformação da sociedade. Embora eu esteja a um bom tempo e profundamente envolvida neste trabalho, não me considero uma tradutora intérprete profissional. Mas permaneço com o meu olhar no outro, vivendo experiências inéditas e sempre tendo em mente que aquilo que eu aprendi até hoje não é e nunca será o suficiente. O aprendizado é como uma fonte inesgotável, sempre jorrando novidades.

A vida é cheia de surpresas e obstáculos. Estes servem de testes para trazer experiências que aguçam o nosso olhar para aquilo que está à nossa volta. É como se tudo que vemos se tornasse novo, dando-nos a oportunidade de fazer escolhas que outrora não passavam pela nossa mente.

No ano de 2016, eu tive a oportunidade de fazer o vestibular do Letras-Libras da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), por insistência do meu esposo. Mesmo sonhando com uma graduação, não me sentia preparada para fazer uma prova totalmente em Libras e nem estava pronta para enfrentar a concorrência dos intérpretes profissionais que estavam ali ansiando por uma vaga. Fui surpreendida quando saiu o resultado. O meu nome estava na lista dos aprovados. Fiquei muito feliz! Meu esposo e eu tínhamos sido aprovados.

O curso de graduação em Letras-Libras, na modalidade à distância, foi criado pela UFSC, com o intuito de suprir as demandas do mercado, devido às mudanças, sobretudo na educação, em relação à inclusão dos surdos. O curso de graduação em Letras-Libras abre duas possibilidades formativas: a Licenciatura, no ano de 2006, com vistas à formação de

professores de Libras, e o Bacharelado, no ano de 2008, para a formação de tradutores/intérpretes do par linguístico Libras/Língua Portuguesa. Essa ação foi muito importante no meio acadêmico, um momento histórico na área da tradução e interpretação da Libras. O bacharelado foi uma grande oportunidade para as pessoas que já atuavam como tradutores/intérpretes se profissionalizarem. E para mim, com todos esses anos de experiência no serviço voluntário aos surdos e, também, na área de interpretação comunitária, seria uma oportunidade ímpar de capacitação e aprendizado.

As disciplinas do bacharelado em Letras/Libras são divididas em três eixos principais: a) formação básica, com as disciplinas da grande área da linguística; b) formação específica, com as disciplinas na área de tradução, interpretação, escrita de sinais, estudos surdos e educação de surdos, e, c) formação profissional que concentra as disciplinas práticas e o TCC. Para além desses eixos são contemplados os estágios e as atividades acadêmico-científico-culturais nas áreas de ensino, extensão e pesquisa (UFSC, 2017). Porém, ao vivenciar essa formação, senti falta de uma disciplina específica de interpretação comunitária (o currículo não contempla a interpretação em grandes áreas sociais como justiça, saúde, serviço social, religião). São áreas de interpretação perpassadas em algumas disciplinas, mas não de forma aprofundada.

Quem não tem cão caça com gato: a motivação para a pesquisa

“Eu preciso com urgência ir à CEMIG (Companhia Energética de Minas Gerais) resolver o problema da luz da minha loja. Lá na CEMIG podia ter um intérprete para me ajudar a explicar a minha situação! Mas na CEMIG não tem intérprete!”. Reconstruo em palavras – e supondo com grande margem de acerto – que este deve ter sido o pensamento que passou na mente do meu cunhado surdo, Eude, quando precisou resolver esta questão, dentre tantas outras do dia a dia, sem ter um intérprete. Ele não tem fluência no português escrito e não faz leitura labial. A Libras, Língua Brasileira de Sinais, é a sua língua. Quais seriam as possibilidades? Quem ele chamaria para ajudá-lo? Ele poderia acionar um intérprete da FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos) ou a Central de Interpretação em Libras, mas a demanda dele é urgente. A praticidade e a disponibilidade do agendamento estão distantes.

Outra possibilidade seria o seu irmão, meu esposo, que é intérprete e muitas vezes o acompanha para mediar a comunicação quando necessário, mas infelizmente tinha alguns

compromissos e não poderia acompanhá-lo desta vez. E a cunhada, eu? E a irmã? Mas para isso teria que “incomodá-las”, afinal de contas, a irmã cuida dos pais que são idosos e têm Alzheimer, e deixá-los sozinhos seria um problema. A cunhada, eu, também não poderia abrir mão dos seus compromissos. Episódios como esse, infelizmente, se repetem todos os dias no cotidiano dos surdos.

Ao final, meu cunhado acabou indo sozinho resolver o problema na CEMIG, mesmo sem intérprete para auxiliá-lo na comunicação. Ele se esforçou muito para tentar explicar ao atendente que queria o corte da ligação de energia da sua loja, que estava desocupada. Algumas semanas depois, surpreso, meu cunhado descobriu que ao invés de cortar a ligação da loja, a CEMIG retirou a titularidade do seu apartamento, ou seja, houve um desentendimento na comunicação não mediada pelo intérprete. O serviço que era para ser feito na loja, foi feito na casa dele. Ele ficou muito nervoso e frustrado com esse acontecimento.

A falta de comunicação trouxe para ele prejuízos financeiros, tristeza e um sentimento de impotência diante do ocorrido. Depois de alguns dias, ele voltou na CEMIG, agora não mais sozinho. Desta vez o seu irmão foi com ele para interpretar o novo atendimento. Depois de tudo ter sido esclarecido, a CEMIG resolveu o problema e o ressarciu do prejuízo.

O relato acima, em forma de resgate memorial, tem o propósito de introduzir a temática e a motivação para esse trabalho. Como cunhada de surdo¹ e como educadora social voluntária há quase 30 anos em uma organização não governamental (ONG) a Casa Semear da JOCUM (Jovens com uma Missão – BH), tendo atuado com crianças e adolescentes surdos e seus familiares ao longo desses anos, pude acompanhar por diversas vezes e em contextos distintos, experiências de não acessibilidade linguística como a relatada acima. Muitas vezes os surdos têm que recorrer a familiares e amigos para mediar a comunicação em empresas prestadoras de serviços, comércios e até mesmo em repartições públicas que não dispõem de profissional tradutor e intérprete de Libras. Eis porque nunca foi tão verdadeira a expressão, para milhares de surdos “*quem não tem cão, caça com gato*”...

Sabe-se que a Língua Brasileira de Sinais é reconhecida pela Lei 10.436/2002 como meio legal de “comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil” (BRASIL, 2002, art. 1º, parágrafo único). Em consonância, o Decreto 5626/2005, por sua vez, regulamenta a lei

¹ Entende-se como pessoa surda, para fins desse trabalho, o que está disposto no Decreto 5626/2005: “aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras” (BRASIL, 2005).

supracitada, modificado pelo decreto 9.656/2018 afirma que é dever das instituições públicas, bem como das empresas permissionárias e concessionárias de serviços públicos, garantir o uso e a difusão da Libras e o atendimento aos usuários surdos por profissionais capacitados em Libras, ou por tradutores intérpretes de Libras, quer de forma presencial, ou por meio de recursos tecnológicos como *webconferências*. (BRASIL, 2005, 2018)

Segundo dados da Agência Brasil publicados em 2019, o Brasil possui 10,7 milhões de pessoas com deficiência auditiva, sendo que nove por cento nasceram com essa condição e os demais vão adquirindo ao longo do tempo, mais da metade em idade produtiva, antes dos cinquenta anos. Essa condição associada à falta de estratégias e políticas públicas inclusivas promove uma série de barreiras que dificultam o acesso à educação e ao mercado de trabalho.

Quando a pessoa surda tem acesso à Língua Brasileira de Sinais como primeira língua, promove-se um conforto linguístico, já que a mesma é de natureza visuo-espacial respeitando a experiência visual do sujeito. Ainda assim, a pessoa enfrenta diversas barreiras na sociedade pela falta do profissional tradutor/intérprete de Libras em diversos espaços ou outras estratégias que visem garantir o direito linguístico. O tradutor e intérprete de Libras/Língua Portuguesa (TILSP) é o profissional que tem competência para realizar a interpretação das duas línguas de maneira simultânea ou consecutiva e tem proficiência na tradução e interpretação das mesmas. (BRASIL, 2010).

Apesar dos surdos estarem resguardados, em relação à acessibilidade linguística, por esse aparato legislativo, na vida real esses direitos ainda não foram efetivados. O surdo é um cidadão como qualquer outro que precisa ir ao banco, ao médico, ao comércio, e a serviços diversos resolver coisas da vida cotidiana, mas a comunicação sempre foi um entrave. Ademais, educação, saúde, justiça, lazer, trabalho, dentre outros, são direitos sociais básicos previstos no artigo 6º da nossa constituição (BRASIL, 1988). Assim, não prover o acesso igualitário a esse tipo de serviço constitui, além da violação de direito linguístico, violação de direitos humanos. A sociedade brasileira, e principalmente o Estado, ainda está em falta diante da comunidade surda no que se refere ao provimento do serviço de interpretação ou acessibilidade comunicacional. De acordo com Rodrigues e Beer (2016) os surdos reivindicam seu direito linguístico exigindo o respeito e a valorização da língua de sinais como essencial à sua afirmação e visibilidade cultural, social, acadêmica e política.

Justificativa, problematização e objetivos

Nesses quase 30 anos de trabalho voluntário junto aos surdos e suas famílias, eu e meu esposo atuamos repetidamente como intérpretes comunitários nas mais diversas situações, desde o contexto religioso (como cultos, batizados, casamentos); familiar (tais como festas, mediação de conflitos, velórios); saúde (consultas médicas, odontológicas; além de reuniões na escola, dentre outros). Também percebi que fora a área de educação, que é uma área que parece estar mais coberta por intérpretes profissionais, os surdos vêm sempre demandando a atuação de familiares, amigos ou aprendizes de Libras para mediar a comunicação.

Outra coisa que pude observar ao longo desses anos de contato com a comunidade surda é que muitas pessoas, enquanto aprendizes prestam serviços voluntários na área de interpretação comunitária, mas após a profissionalização deixam de fazê-lo na maioria das vezes alegando falta de tempo ou incompatibilidade de horários. Sendo a interpretação comunitária muitas vezes realizada por leigos.

Tais constatações são a mola propulsora para a realização deste trabalho. Interessa-me investigar o que a literatura aborda sobre a interpretação comunitária para o surdo brasileiro em seus diversos contextos, sobretudo a que é realizada de modo não profissional ou *ad hoc*, e quais as implicações disso para o cidadão surdo. Esta pesquisa ira mapear publicações no período de 2010 a 2021 para tentar responder as seguintes perguntas de pesquisa, de acordo com a leitura dos artigos:

- 1) Quais os contextos que mais utilizam o serviço da mediação não profissional?
- 2) Quais as razões que levam os surdos a dependerem do serviço de mediação não profissional?
- 3) Quais os pontos positivos da mediação não profissional? E quais as implicações para as pessoas que usufruem desse serviço?
- 4) Que tipo de ações podem ser tomadas para que os intérpretes *ad hoc* se tornem aptos para atuarem como profissionais?

Entendemos que essa prática de mediação não profissional não é o ideal, mas está longe de ser extirpada em um país de dimensões continentais e com baixo investimento público em formação nessa área. Por isso, consideramos que a temática é bastante relevante e atual, já que estamos tratando de cidadãos brasileiros que vêm sofrendo com a violação de seu direito linguístico e mesmo de direitos sociais básicos. Ademais, embora a interpretação comunitária

para o surdo brasileiro seja tema de diversas pesquisas como Rodrigues (2010); Jesus (2013); Queiroz (2014); Pereira (2015); Moura (2021); Origuela (2021); dentre outros, a realização desta por intérprete não profissional carece de investigação.

Este trabalho está organizado da seguinte forma, na introdução eu apresento o tema, o campo de conhecimento, a motivação, a relevância e as perguntas norteadoras. No primeiro capítulo intitulado Aporte Teórico e Conceitual, eu apresento as definições de alguns autores sobre conceitos fundantes da minha pesquisa. No segundo capítulo estão dispostos os aspectos metodológicos onde descrevo com detalhes a metodologia utilizada na pesquisa. No terceiro capítulo procedo a análise e a interpretação dos dados encontrados na revisão sistemática de literatura. E por fim apresento as Considerações Finais onde faço uma retomada do tema e aponto a necessidade de pesquisas futuras.

1. APORTE TEÓRICO E CONCEITUAL

1.1. Definindo tradução e interpretação

Segundo Pagura (2003), a tradução e a interpretação existem desde a Antiguidade, tendo a interpretação, sobretudo a consecutiva, tido maior destaque no período entre guerras, já que o francês e o inglês eram as línguas diplomáticas e de comunicação internacional utilizadas nos eventos mundiais. De acordo com o mesmo autor, o início da prática interpretativa se dá desde o antigo Egito, no terceiro milênio antes de Cristo, além da antiga Grécia e do Império Romano, se estendendo também na Idade Média com registros de atuação dos intérpretes nas cruzadas e encontros diplomáticos.

A interpretação e a tradução são duas atividades interligadas, mas distintas no modo como se opera o processo e a ação. Cavallo e Reuillard (2016) comentam que os Estudos da Interpretação surgem oficialmente como uma área autônoma dentro do campo Estudos da Tradução em 1992, quando Daniel Gile utiliza pela primeira vez o termo em um congresso na Universidade de Viena. Para as autoras, embora sejam frequentemente confundidas, são inúmeras as diferenças entre tradução e interpretação.

Segundo Rodrigues e Santos (2018), essa distinção ocorre em contextos e cenários diferentes. O processo tradutório pode ser realizado em qualquer ambiente preferido pelo profissional, onde ele imprime seu próprio ritmo de trabalho, pode ser revisto ou refinado e tem a intenção de durar. Já na interpretação, o intérprete desempenha seu papel diante de um público presente e do autor, que é quem imprime o ritmo, e em um determinado contexto. Ambas têm a mesma finalidade de passar um conteúdo de um idioma para outro de forma inteligível, porém, a tradução é duradoura e a interpretação efêmera. (Rodrigues e Santos, 2018).

Pagura (2015) também aponta diferenças e semelhanças entre o tradutor e o intérprete. A principal semelhança, é que os dois profissionais precisam possuir uma boa fluência nas duas línguas em que estão trabalhando e conhecer as diferenças culturais existentes entre elas. É muito importante também que ambos tenham um bom conhecimento geral, capaz de facilitar sua compreensão e expor suas ideias de acordo com o seu conhecimento. Procurar estar sempre bem informado e atualizado com as novidades que surgem dentro da sua área de atuação, se necessário, recorrendo a especialista da área. Para o autor, o intérprete deve ainda dominar as formas de se expressar oralmente nos dois idiomas. Já o tradutor no seu processo de atuação, tem certa liberdade de consultar dicionários, fazer buscas na internet, buscar orientação de

amigos, pode fazer mudanças de terminologias em qualquer momento que for preciso e tem um ritmo de trabalho diferenciado. Para o intérprete, é essencial ter um bom vocabulário e um conhecimento prévio do tema que será abordado, facilitando assim a sua interpretação, já que não há tempo para consultas.

Outra diferença é que o tradutor trabalha sozinho e depende do computador como instrumento de trabalho. Já o intérprete na maioria das vezes trabalha em equipe se revezando e servindo de apoio durante a interpretação. O que observamos que não ocorre necessariamente na interpretação comunitária, com exceção em alguns casos, da interpretação educacional. Em suma, Pagura (2015) assim define as diferenças entre tradução e interpretação: “O trabalho do tradutor tem caráter permanente, enquanto o do intérprete tem como objetivo a comunicação imediata de uma mensagem”. (PAGURA, 2015, p.189).

Pereira (2008) apresenta uma diferenciação entre tradução e interpretação de acordo com a modalidade de língua para a qual está sendo transformado o texto, sendo tradução se a língua meta for escrita e interpretação se a língua meta for oral ou sinalizada. A autora considera ainda a tradução como um termo geral para definir a transformação de um texto fonte para outro em uma língua meta.

Cavallo e Reuillard (2016) acrescentam que “a interpretação é realizada por ocasião de eventos científicos e acadêmicos, encontros políticos e de negócios, mas também em hospitais e tribunais, entre outros;” (CAVALLO e REUILLARD, 2016, p. 354) e pode ser de caráter monológico, quando em palestras, conferências, ou dialógico, quando em entrevistas ou consultas médicas, por exemplo. Para as autoras, o intérprete está sujeito a maior estresse e carga cognitiva do que o tradutor.

1.2 História dos tradutores intérpretes de língua de sinais no Brasil

Segundo Quadros (2004) os primeiros tradutores/intérpretes de língua de sinais/língua portuguesa no Brasil, doravante TILSP, surgiram nos anos 80 e 90. Eles aprenderam a língua de sinais por meio de vizinhos ou parentes surdos ou mesmo em cursos básicos de Libras oferecidos pelas igrejas. Os trabalhos dos primeiros profissionais eram voltados ao assistencialismo, o que persistiu por muito tempo e ainda hoje marca a sua atuação. Segundo Pereira (2008), existem hipóteses de que a interpretação pode ter surgido primeiramente no contexto familiar:

Historicamente não é possível rastrear o exato momento em que os intérpretes começaram a atuar, mas é plausível imaginar que desde que povos de diferentes línguas mantiveram contato houve, também, a necessidade de intérpretes. No caso das pessoas surdas, existem hipóteses de que a interpretação surgiu no meio familiar foi, aos poucos, se estendendo aos professores de crianças surdas e ao âmbito religioso. Com o passar do tempo, o fortalecimento dos movimentos sociais e políticos das comunidades surdas e o reconhecimento legal das línguas de sinais surgiu, finalmente, o ILS profissional. (PEREIRA, 2008, p.138).

A comunidade surda no Brasil vem se fortalecendo há algumas décadas por meio dos movimentos sociais e políticos, conquistando sua autonomia e acessibilidade, e podendo desfrutar dos seus direitos como cidadãos. Ademais, essa participação nos movimentos sociais, impulsionada pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) e pelas associações de surdos, segundo Quadros (2004) impele a profissionalização dos tradutores e intérpretes de língua de sinais.

A FENEIS, fundada no estado do Rio de Janeiro proporcionou aos TILSP, ações que contribuíram para sua capacitação e para o reconhecimento da profissão. Foram ministrados cursos para aprimorar o conhecimento e a fluência na língua. Nos anos de 1988 e 1992, a FENEIS também realizou os primeiros encontros nacionais com os intérpretes de línguas de sinais, promovendo interações e trocas de experiências na área da interpretação e definições sobre a ética do profissional intérprete. (QUADROS, 2004). Toda essa construção e mobilização por parte da FENEIS e dos profissionais intérpretes, trouxeram contribuições que corroboram o surgimento da profissão. Esses atores foram se fortalecendo, criando unidades regionais ligadas à FENEIS, com a finalidade de também oferecer suporte aos intérpretes.

Na medida em que os surdos vão conquistando novos espaços na sociedade, aumenta a demanda de serviços e o reconhecimento dos TILSP, além de surgirem novos âmbitos de atuação e capacitação na área de tradução e interpretação. A exemplo do que ocorreu na Europa, pois, segundo Quadros (2004) pesquisa realizada lá comprovou que conforme os surdos ampliam sua participação política e cultural, os intérpretes são mais qualificados e reconhecidos profissionalmente. O reconhecimento da língua de sinais brasileira como forma de comunicação e expressão da comunidade surda brasileira por meio da Lei 10.4236/2002 também foi crucial para o progresso da categoria de intérpretes.

A valorização do profissional tradutor intérprete tem evoluído muito nos últimos anos nas grandes cidades do Brasil com novas áreas de atuação, tanto na tradução quanto na interpretação. Em contrapartida, como aponta Leite (2004), em muitas cidades do interior a presença deste profissional ainda é bem restrita. Nesses locais, os surdos muitas vezes contam

com o trabalho voluntário de professores, familiares ou pessoas de igrejas que aprenderam a língua de sinais por meio de cursos de Libras ou mesmo no contato com as pessoas surdas. A autora denuncia uma falta de compromisso por parte dos governantes em garantir atendimento nos órgãos públicos por intérpretes de Libras ou por profissionais habilitados no uso da Libras. Embora tenham se passado muitos anos da realização dessa pesquisa, ainda convivemos com essa realidade até mesmo nas grandes cidades, com exceção da área da educação, que é a mais coberta em relação à oferta de serviços de TILSP, as outras áreas que demandam de interpretação comunitária como as áreas médica, social, jurídica e de serviços, por exemplo, ainda dependem do voluntariado. Em pesquisa recente realizada por Moura (2021) em relação à assistência pré-natal e ao parto, por exemplo, 100% das gestantes surdas entrevistadas e 100% dos TILSP entrevistados relataram se utilizar ou prestar serviços de interpretação voluntários.

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) é hoje reconhecida legalmente por meio da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, como língua nacional da comunidade surda brasileira. Gesser (2009) expressa em seu livro a importância das lutas surdas e do reconhecimento linguístico da Libras para o fortalecimento da comunidade surda, mas sobretudo para o desenvolvimento e construção de conhecimento de mundo dos indivíduos surdos. Com efeito, abrem-se portas para se qualificar pessoas na área de Libras com cursos de educação superior. A partir do Decreto 5626, a Libras também foi introduzida como disciplina curricular nos cursos de fonoaudiologia, licenciaturas e pedagogia. Segundo Quadros (2004), com a profissionalização e as legislações pertinentes, as instituições foram se organizando para garantir acessibilidade de comunicação por meio do profissional intérprete de língua de sinais.

Hoje estamos vivenciando um novo momento da história da língua de sinais, com o desenvolvimento da tecnologia, a facilidade de como a comunicação tem chegado entre os surdos, é algo fascinante. As informações, o conhecimento, os intercâmbios culturais com surdos de outras nações têm contribuído para um fortalecimento dos laços linguísticos e culturais. Quadros (2017, p. 37) afirma que: "a língua de sinais apresenta um valor inestimável para os surdos e para aqueles que crescem na comunidade surda". A autora nos mostra o quanto a língua de sinais é algo fascinante e fundamental para a comunidade surda e para aqueles que se relacionam com ela. Por outro lado, podemos perceber que infelizmente ainda existem surdos que se encontram isolados sem nunca ter tido contato com a língua de sinais. São realidades extremas que ainda temos que conviver em um país onde os processos de execução das leis aprovadas em prol das comunidades surdas, caminham lentamente.

Com a recente aprovação do Projeto de Lei 4.909/2020, transformado na Lei Ordinária 14.191/2021 que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) inserindo a Educação Bilíngue para Surdos como modalidade de ensino, (BRASIL, 2021) é bem provável que em alguns anos tenhamos muito mais surdos usuários de língua de sinais, diminuindo a demanda por interpretação na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, já que o ensino será ministrado em Libras, mas aumentando a demanda por esse serviço na sociedade como um todo, a fim de promover o conforto e a acessibilidade linguística a esses cidadãos.

1.3 Interpretação comunitária e sua relação com os surdos

Antes de iniciarmos a discussão pensando o contexto da surdez, especificamente, vale uma retomada do que alguns autores discutem em torno da interpretação comunitária. Segundo Pochhacker (1999) a interpretação comunitária ganhou destaque dentro dos estudos de interpretação no início dos anos 1990, sobretudo a partir da primeira conferência internacional sobre o assunto, realizada no *Geneva Park*, no Canadá, em 1995. Para o autor, esse tipo de interpretação, impulsionada principalmente pelo movimento de pessoas, imigrantes e refugiados, que vão para outros países e continentes em busca de uma oportunidade financeira melhor, por causa dos desastres naturais, ou por uma busca de realização pessoal, ocorre no mundo todo. Ele conceitua como a interpretação em ambientes institucionais de uma dada sociedade em que os prestadores de serviços públicos e os clientes individuais não falam a mesma língua.

De acordo com a definição acima, vemos que ela envolve relações desiguais de poder e conhecimento, onde o intérprete comunitário é o responsável por mediar a comunicação para satisfação mútua. Normalmente envolve subcomunidades ou minorias linguísticas compostas por, além dos imigrantes, surdos e indígenas.

A origem do termo "interpretação comunitária" de acordo com Chesher *apud* Pochhacker (1999) se dá na Austrália por volta de 1970, com o uso da expressão "comunidade étnica" ou "saúde comunitária" (POCHHACKER, 1999, p. 126) Esse termo também passou a ser utilizado na Europa, inicialmente na Grã-Bretanha em 1980, denominado de "serviço público de interpretação". Na medida em que essa expressão era propagada nos países de língua inglesa, ela era substituída por outros termos como "interpretação *ad hoc*" ou "interpretação cultural",

posteriormente reconhecida e aceita como interpretação comunitária. (POCHACKER, 1999, p. 126)

Segundo Pochhacker (1999), não é tarefa simples circunscrever a abrangência de atuação da interpretação comunitária, pois é difícil manter uma unidade conceitual em um campo tão diverso. Existem os campos mais genéricos, mais comuns, que são ligados às instituições jurídicas, saúde, de serviço social, educacionais e religiosas, mas, para o autor, a prática real da interpretação comunitária é difícil de ser contabilizada, pois o campo de atuação é muito vasto, e vai muito além dessas tentativas conceituais. Dentre as áreas de atuação mais descritas, algumas começam a ganhar status de um campo próprio, de uma área distinta da interpretação comunitária e vão ganhando nomes próprios como: interpretação judicial, interpretação educacional, e interpretação na área da saúde.

Para Rodrigues (2010) a atuação da maior parte dos intérpretes de língua de sinais no momento atual, está relacionada à interpretação comunitária. Essa modalidade é voltada mais ao setor público e em caráter dialógico, ao contrário da interpretação de conferência, que é feita diante de um público maior e sua atuação é de caráter monológico. Em relação a interpretação de conferência ela é realizada em grandes eventos multilíngues e multiculturais, congressos e eventos nacionais, programas ligados à mídia e a contextos internacionais, e é também considerada interpretação comunitária, embora alguns autores já a apresentem como um campo específico.

Segundo Rodrigues (2020), a interpretação comunitária não acontece apenas em contextos de serviços sociais, mas já se pode observar em outros contextos como no setor de turismo, midiático e na interpretação de acompanhamento em caráter dialógica, onde ocorre uma mediação face a face de falantes de línguas diferentes, como em alguns contextos empresariais como entrevistas e treinamentos. Prover a interpretação em contextos comunitários é prover acesso a direitos humanos básicos como saúde, educação e justiça que deveriam ser assegurados pelo Estado, conforme prevê a nossa Carta Magna. (BRASIL, 1988)

Pereira (2008) apresenta de forma sucinta a distinção entre as atividades de interpretação de conferência e a interpretação de acompanhamento. Na interpretação de conferência há um predomínio do caráter monológico, em apenas uma direção, podendo haver interação dialógica ao final, em um curto espaço de tempo, reservado às perguntas. Já os acompanhantes ou intérpretes de trâmites, como ela denomina, podem acompanhar desde uma pessoa a pequenos grupos em interações, em sua maioria dialógica tais como consultas, entrevistas, reuniões, dentre outros.

Diante do exposto acima, este estudo tem como objetivo refletir sobre a interpretação comunitária não profissional para o surdo brasileiro, também conhecida como interpretação *ad hoc* (ORIGUELA, 2021; PEREIRA, 2015; QUEIROZ, 2011) bem como, as implicações para o cotidiano da pessoa surda. O mediador não profissional é aquele que, na ausência do intérprete profissional, se dispõe para mediar a comunicação entre surdos e ouvintes em situações de necessidade. Podendo ser um membro da família, um vizinho ou um voluntário, geralmente aprendiz da língua de sinais. A falta de acessibilidade linguística é comum nos serviços públicos. Segundo Queiroz (2011) e Jesus (2013), a maior parte das mediações médicas, por exemplo, são feitas por familiares ou intérpretes sem formação.

A mediação feita por não profissionais é uma situação que o surdo que vive em família de ouvintes conhece muito bem. São muitas as experiências vivenciadas desde a primeira infância até a fase adulta. Os mediadores não profissionais fazem parte do dia a dia dos surdos que contam com este apoio sempre que necessário, porém, faz-se necessário refletir sobre os riscos inerentes a essa mediação que envolve questões éticas, de confidencialidade, de competência tradutória, enfim, de violação de direitos linguísticos e de direitos sociais básicos. Ao mesmo tempo em que é preciso ponderar sobre a distância entre o cenário ideal e o real, bem como sobre as possibilidades de investimento na capacitação desse mediador não profissional.

Conclui-se que a área de atuação do intérprete comunitário é muito mais ampla do que geralmente nos estudos ou nas tentativas de conceituação se apresentam, a interpretação comunitária fica circunscrita num espaço menor, mas ela é na verdade muito mais abrangente. Ademais, é uma área que carece muito de profissionais, sendo muitas vezes realizada por familiares, amigos, vizinhos, mediadores não profissionais, o que além de ferir o direito linguístico da pessoa surda pode causar uma série de problemas como o não entendimento entre as partes, além de questões éticas e de confidencialidade.

Destacamos, no entanto, que a atividade de interpretação *ad hoc*, também é eventualmente realizada por intérpretes profissionais com atuação em outras áreas, que não aquela de atuação pontual, como saúde, justiça, dentre outros. Ou seja, embora seja um profissional, ele não necessariamente está capacitado para atuar naquela área específica.

2. METODOLOGIA DE PESQUISA

2.1. Abordagem, natureza e tipo de pesquisa

Constitui objetivo deste trabalho, investigar o que a literatura nos mostra sobre a interpretação comunitária em seus diversos contextos, sobretudo a que é realizada de modo não profissional ou *ad hoc*, e quais as implicações disso para o cidadão surdo brasileiro. Entendemos que essa prática de mediação não profissional não é o ideal, mas está longe de ser extirpada em um país de dimensões continentais e com baixo investimento público em formação nessa área, ou mesmo em disponibilizar esse profissional nos setores públicos como prevê a legislação. Considerando que se trata de um estudo que visa olhar para as publicações que versam sobre esse tema, foi restringido o período de 2010-2021 e tais questionamentos seguiram de base para orientar a interpretação:

- 1) Quais os contextos que mais utilizam o serviço da mediação não profissional?
- 2) Quais as razões que levam os surdos a dependerem do serviço de mediação não profissional?
- 3) Quais os pontos positivos da mediação não profissional? E quais as implicações para as pessoas que usufruem desse serviço?
- 4) Que tipo de ações podem ser tomadas para que os intérpretes *ad hoc* se tornem aptos para atuarem como profissionais?

A revisão sistemática da literatura ajudou a compreender o status desse tipo de interpretação para esse grupo minoritário. Além disso, ajudou a diferenciar a interpretação *ad hoc* profissional da mediação não profissional, realizada por familiares e amigos, e revelando os âmbitos onde estas ocorrem.

Do ponto de vista da sua natureza essa pesquisa pode ser considerada como básica, que segundo Prodanov e Freitas (2013) objetiva gerar conhecimentos para o avanço da ciência, sem, contudo, propor alguma aplicação prática. Do ponto de vista de seus objetivos classifica-se como pesquisa exploratória já que permite o levantamento do que foi proposto sobre o tema por diversos ângulos e aspectos favorecendo a delimitação do tema e do problema, permitindo uma maior familiaridade com o mesmo (PRODANOV e FREITAS, 2013; GIL, 2002). Do ponto de vista da forma de abordagem do problema é uma pesquisa quali-quantitativa, pois ao mesmo tempo em que visa compreender o fato estudado em seu ambiente, qual seja, a

interpretação comunitária para surdos no Brasil, também quantifica os trabalhos publicados sobre o assunto em um determinado período de tempo. Quanto aos procedimentos é uma pesquisa bibliográfica, que, segundo Gil (2002), é desenvolvida com base em material já elaborado sobre o assunto e possibilita ao investigador uma cobertura muito mais ampla de fenômenos, do que ele poderia pesquisar diretamente.

A revisão da literatura, segundo Gil (2009), é a identificação, localização e análise de trabalhos que contém informações relacionadas ao tema e podem contribuir com a indicação do estágio atual de conhecimentos em relação ao mesmo. A pesquisa bibliográfica possui etapas bem delimitadas, inicia-se com “a escolha do tema, seguida de um levantamento bibliográfico preliminar, formulação do problema, elaboração do plano provisório de assunto, busca das fontes, leitura do material, fichamento, organização lógica do assunto e redação do texto” (GIL, 2002, p. 59-60).

2.2. Coleta de dados

Para além das leituras prévias sobre o tema escolhido já que é um assunto que nos instiga há anos e é parte do cotidiano, realizou-se uma busca sem definição de período, para termos uma ideia geral do montante disponível, na plataforma *google acadêmico*, no período de 04 a 07 de julho de 2021, utilizando-se os descritores: (“interpretação comunitária” AND “libras” OR “interpretação *ad hoc*” AND “surdos”). A busca resultou em 120 trabalhos.

2.3. A análise e interpretação dos dados

Por conta da limitação de tempo, consideramos e selecionamos apenas artigos científicos e Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) produzidos no período de 2015 a 2020. Dada a escassez de material, e o fato de alguns trabalhos como Rodrigues (2010), Jesus (2013) e Queiroz (2014) trazerem contribuições relevantes para o estudo proposto, optou-se por não limitar o período de publicação, passando a abranger todos os artigos e TCC's encontrados na busca, sendo o novo período considerado de 2010 a 2021. Assim, teses, dissertações, cadernos de resumos, artigos duplicados ou que fugiam ao tema foram excluídos.

Para isso, todos os trabalhos encontrados foram organizados em um quadro contendo: tipo (tese, artigo, dissertação, dentre outros), ano, título, autor, e o campo “incluir”, para marcar

sim ou não, destacando os que seriam utilizados. Os trabalhos repetidos foram marcados com o símbolo (2X) destacado em amarelo, para possibilitar a contagem.

Foram localizados 52 artigos, 21 TCC's, nove teses, 23 dissertações, duas apresentações de slides, um Projeto Político Pedagógico de Curso (PPP), dois resumos de cadernos de seminários e dois *e-books*.

Os 73 trabalhos pré-selecionados, artigos e TCC's foram analisados inicialmente pelo título, a fim de excluir os repetidos, que são sete, e os que fugiam da proposta da pesquisa e posteriormente por meio da leitura dos resumos e considerações finais, além do mecanismo de busca “*ctrl + F*” com o descritor “*interpretação comunitária*”. Em seguida, procedeu-se uma leitura mais aprofundada dos trabalhos que se enquadravam na temática, identificando sua contribuição para o estudo e realizando o resumo e fichamento dos mesmos, conforme sugere Gil (2009) para a metodologia adotada.

O plano provisório de assunto para organização da revisão sistemática consistiu em investigar o que os trabalhos apresentavam sobre a interpretação comunitária para os surdos brasileiros. Textos que não mencionam a interpretação para o surdo no contexto brasileiro serão descartados, pois queremos ter um panorama de publicações com o nosso público e fazer uma leitura do estado da arte.

No tocante à interpretação comunitária para os surdos, tais categorias de análise foram criadas para fazer a revisão sistemática das publicações encontradas: *conceituação, âmbitos de ocorrência, tipos de intérpretes, formação dos intérpretes, implicações para o público surdo, menção ao direito linguístico do surdo, perspectivas futuras*.

Foram encontradas seis publicações sobre a temática no período, e na próxima seção falaremos de cada um destes itens. Segue um quadro resumido com os critérios para filtrar a busca:

Quadro 1- Critérios para filtrar a busca

Critérios de inclusão	Critérios de exclusão
1. Trabalhos que versam sobre a interpretação comunitária para o surdo brasileiro ; 2. Formato de artigo ou TCC	1. Trabalhos duplicados 2. Pesquisas que fogem à temática 3. Teses, dissertações, PPP, cadernos de resumo ou outros que fugiam ao formato pré- estabelecido.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

3. UM PANORAMA DAS PUBLICAÇÕES

O tema, que envolve a interpretação comunitária não profissional para o surdo brasileiro, escolhido para o presente trabalho, é um assunto pouco pesquisado entre os trabalhos científicos disponíveis em português. Por essa razão, pouquíssimas literaturas foram encontradas sobre o assunto. Os textos escolhidos para essa pesquisa trazem conteúdos que mostram um cenário muito comum no âmbito da interpretação comunitária, onde os autores dos textos pesquisados nos ajudam a entender melhor os contextos que mais se utilizam dos serviços de mediação não profissional. Estes textos confirmaram as informações preconcebidas a respeito das dificuldades linguísticas enfrentadas pelos grupos minoritários, especificamente a comunidade surda e como os serviços de interpretação *ad hoc* são realizados aqui no Brasil.

No decorrer deste trabalho, as questões que foram elaboradas para conduzir esta pesquisa serão reintegradas e respondidas de acordo com os trabalhos científicos que foram localizados e selecionados na base de dados *Google Academics*. Este quadro nos dá uma visão geral do quantitativo de publicações no período que correspondem aos critérios de seleção e de busca:

Quadro 2 – Trabalhos selecionados para a pesquisa

AUTOR	ANO	TÍTULO
RODRIGUES, Carlos Henrique.	2010	Da interpretação comunitária à interpretação de conferência: desafios para formação de intérpretes de língua de sinais.
JESUS, Ringo Bez.	2013	A interpretação médica para surdos: a atuação de intérpretes de Libras/Português em contextos da saúde. (TCC)
QUEIROZ, Mylene.	2014	Panorama da interpretação em contextos médicos no Brasil: perspectivas.
PEREIRA, Maria Cristina Pires.	2015	Reflexões sobre a tipologia da interpretação de Línguas de Sinais.
MOURA, Márcia dos Santos Costa.	2021	Os Desafios da Atuação dos Tradutores Intérpretes de LIBRAS/Português no Atendimento ao Pré-Natal e Parto de Mulheres Surdas.
ORIGUELA, Daniella Avelaneda.	2021	A atuação do intérprete comunitário junto às comunidades imigrantes no Brasil.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Na sequência, com o objetivo de visibilizar as publicações e a importância de seu conteúdo, apresentamos um resumo da pesquisa de cada autor.

Jesus (2013) cuja pesquisa tem foco na interpretação comunitária na área da saúde expõe uma grande barreira enfrentada pelos surdos no Sistema Único de Saúde (SUS), embora a Lei 10.436/2002 e o Decreto 5626/2005 assegurem a presença do profissional intérprete de Libras nos setores públicos e privados. Ele destaca a abertura das Centrais de intérpretes, que são ações do governo federal junto aos Estados e municípios, ligada à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), que oferecem aos surdos a presença de um intérprete de língua de sinais para mediar a comunicação nos serviços públicos. Eles podem usufruir do serviço da central de intérpretes, gratuitamente mediante agendamento por e-mail, *Facebook*, *SMS*, *Skype*, *Whatsapp* ou telefone fixo e presencial. Jesus (2013) concluiu a sua pesquisa com a identificação da urgente necessidade de acessibilidade linguística na área da saúde, pois percebeu que a maior parte das mediações é feita por familiares e, algumas vezes, os surdos tiveram que improvisar a mediação com a escrita ou leitura labial. Também relata a má informação por parte da sociedade e até mesmo seu despreparo quando o assunto é o surdo e a sua língua. Falta empatia para com o outro que vive tão próximo e ao mesmo tempo tão distante. Em sua pesquisa, os surdos relataram as dificuldades e a insatisfação que eles sentem por não terem um atendimento justo. Muitas vezes ficam aflitos por não serem compreendidos, gerando uma sensação de impotência.

Queiroz (2014) tem como foco de investigação a interpretação médica para os não falantes de Língua Portuguesa no Brasil, não apenas os surdos, mas também os imigrantes, algumas etnias indígenas e estrangeiros. Queiroz (2014) enfatiza a importância de olhar para a interpretação comunitária como uma área de grande demanda por mediação feita por intérpretes profissionais e treinados para o serviço na saúde. Ela argumenta que a falta de intérpretes profissionais, leva o paciente não falante da língua portuguesa a procurar ajuda por mediadores voluntários sem nenhum treinamento específico. Para ela, além dos outros serviços que estas pessoas precisam, a área da saúde requer cautela por ser uma atividade complexa de atuação médica e cheia de diferentes desafios para os intérpretes. A autora também propõe a criação de políticas públicas para dar a estas pessoas um atendimento linguístico acessível que atenda às suas necessidades, mais investimentos da parte das instituições e profissionais na área da interpretação comunitária para um atendimento mais eficaz, principalmente na saúde.

Pereira (2015) apresenta alguns tipos de mediação interlíngua, e uma delas é a tradução natural realizada por pessoas bilíngues sem formação nenhuma para esse tipo de serviço.

Segundo Harris e Sherwood *apud* Pereira (2015), a tradução natural não é ensinada e não passa por processo educativo. É uma habilidade inata na pessoa bilíngue. As pessoas bilíngues ou aqueles que se autodenominam bilíngues têm costumes de realizar trabalhos voluntários em contextos comunitários, sendo conhecidos nesse âmbito como não profissional ou *ad hoc*. Não possuem treinamento específico para executar a função e variam de faixa etária, incluindo muitas vezes as crianças e adolescentes filhos de famílias de imigrantes, refugiados e também os CODAS (*Children of Deaf Adults*) filhos de pais surdos. Estas crianças e adolescentes fazem o trabalho de mediação para sua família em vários contextos da sociedade. Isso porque elas aprendem o idioma do país anfitrião mais rápido do que os pais, devido ao contato contínuo com a cultura e as pessoas dentro da escola.

Para Pereira (2015), a interpretação *ad hoc* deveria ser uma exceção, mas não é:

Infelizmente, a interpretação *ad hoc*, por si só, deveria ser uma exceção, por seus aspectos, predominantemente, amadorísticos. Em muitos casos, por praticidade, emergência ou economia, tornou-se a regra, mesmo com a demonstração de várias pesquisas sobre a superioridade qualitativa da interpretação feita por profissionais. (PEREIRA, 2015, p. 57)

Para a autora, a indistinção entre a interpretação comunitária e *ad hoc* é que possivelmente os intérpretes comunitários não têm formação nas áreas específicas da interpretação comunitária e realizam trabalhos voluntários muitas vezes. O intérprete *ad hoc* seria um grupo dentro da interpretação comunitária.

Origuela (2021) analisa a interpretação comunitária junto às comunidades migrantes no Brasil. Segundo a autora, a maior parte dos serviços de mediação é oferecida por ONGs e instituições religiosas e feitas por pessoas que não receberam treinamento adequado, denominados intérpretes não profissionais ou *ad hoc*. Origuela acrescenta que em grande parte dos serviços públicos não existem intérpretes para fazer a mediação das pessoas não falantes da língua portuguesa. A Interpretação quando efetuada, na maioria das vezes é realizada por voluntários de outras instituições que falam línguas diferentes, mas nem sempre a fluência é adequada para esse tipo de serviço. Às vezes, o próprio migrante providencia o intérprete *ad hoc* que são aqueles não profissionais. Geralmente são amigos, familiares, comunidade linguística que fazem parte ou crianças e adolescentes filhos de migrantes que costumam aprender a língua anfitriã mais rápido do que seus pais por causa do convívio no ambiente escolar. Valdés *apud* Origuela (2021) argumenta que a prática desse tipo de serviço pelas crianças, filhos de imigrantes podem causar sérios danos emocionais pela falta de maturidade para lidar com determinadas situações. A respeito do trabalho voluntário, a autora sugere uma

mudança no olhar e no destaque que se dá à interpretação voluntária, apesar de considerar o voluntariado um privilégio aqui no Brasil. Para ela, a assistência feita para migrantes e grupos minoritários deveria ser baseada nos direitos e não na ajuda de voluntários. A autora relata que em alguns países, por questões financeiras, os serviços públicos e ONGs não oferecem atendimento linguístico por profissionais intérpretes treinados e remunerados. A mediação é feita por voluntários que não receberam treinamento específico. Citando Hale (2007) Origuela argumenta que a interpretação comunitária é um grande desafio na área de interpretação devido à “falta de reconhecimento da necessidade de treinamento, a falta de obrigatoriedade de formação, programas curtos ou inadequados às necessidades do local, baixa qualidade do serviço e necessidade de efetividade de muitos dos programas” (HALE *apud* ORIGUELA, 2020, p.38). Ainda citando Hale (2007), Origuela afirma que a interpretação comunitária acontece nas áreas mais sensíveis e íntimas da vida humana como tribunais, prisões, consultórios médicos de assistentes sociais e advogados.

Moura (2021) se debruça sobre a interpretação para a mulher surda no período pré-natal e no parto. Nesta pesquisa a autora relata as experiências vivenciadas pelos TILPS e as dificuldades enfrentadas pelas mulheres surdas no período de gestação e parto em relação às barreiras de comunicação. A pesquisa mostra uma realidade que tem sido rotineira para os grupos linguísticos minoritários quando precisam de um atendimento nos serviços públicos. Não têm intérpretes e quando a família tem a oportunidade de chamar um profissional intérprete, este não se sente apto para exercer sua função nesta área específica. Podemos observar nos resultados desta pesquisa, assim como as demais, que existe um déficit muito grande em relação a assistência linguística no atendimento de pessoas não falantes do Português. As pessoas que fazem a mediação entre o médico e a paciente surda no período do pré-natal e parto, são amigos ou parentes que a própria família precisa providenciar para que a paciente surda sinta-se segura.

Rodrigues (2010), em sua pesquisa realizada com 30 TILSP participantes identificou que em sua maioria atuam com base no conhecimento procedimental, ou seja, adquirido na prática e nos contextos religioso e familiar. Para o autor, o caráter comunitário está presente nos primórdios da constituição da profissão, já que os primeiros eram amigos, vizinhos, parentes ou religiosos. Ele argumenta que a “interpretação comunitária é a que se dá na esfera pública com o intuito de facilitar a comunicação dos não falantes da língua oficial do país, e o seu conseqüente acesso aos provedores de serviços, tais como a educação, a saúde e os contextos legais”. (RODRIGUES, 2010, p.6).

3.1 A construção das categorias e o diálogo com os autores

O plano provisório de assuntos para a revisão sistemática foi elaborado inicialmente estabelecendo-se uma divisão entre os surdos e outros grupos minoritários, mas durante a análise optou-se por não utilizar essa divisão já que os trabalhos encontrados em sua maioria focam no nosso público alvo, a pessoa surda e apenas citam os outros grupos minoritários. O que se justifica, pelos descritores utilizados na busca: (“interpretação comunitária” AND “libras” OR “interpretação *ad hoc*” AND “surdos”).

As categorias foram construídas de acordo com os dados que se imaginava e se esperava encontrar nos trabalhos. Tentando estabelecer um diálogo entre os autores temos, como mencionado anteriormente: *conceituação, âmbitos de ocorrência, tipos de intérpretes, formação dos intérpretes, implicações para o público surdo, menção ao direito linguístico do surdo, perspectivas futuras*. Essas categorias foram agrupadas em dois grandes agrupamentos para fins de apresentação e organização desta pesquisa: 1) categorias que tragam informações relacionadas predominantemente ao intérprete ou à interpretação, e 2) categorias que tragam informações relacionadas predominantemente aos surdos. Note-se que usamos a expressão “predominantemente” porque acreditamos que a relação intérprete comunitário e surdo estão imbricadas. Uma afeta a outra. Então, os agrupamentos são feitos aqui com o objetivo exclusivo para apresentação dos dados. Vejamos abaixo o quadro:

Quadro 3 - Agrupamento das categorias

Questões relacionadas aos intérpretes e à interpretação	Questões inerentes aos indivíduos surdos
<ul style="list-style-type: none">• Conceituação;• Âmbitos de ocorrência;• Tipos de intérpretes;• Formação.	<ul style="list-style-type: none">• Implicações para o público surdo;• Menção do direito linguístico;• Perspectivas futuras.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

3.2 Questões inerentes aos intérpretes e à interpretação

Nesta parte da análise dos dados, agrupamos algumas categorias que estão mais relacionadas aos intérpretes e à interpretação. Deste modo, serão indicados, subsequentemente, um mapeamento das seguintes categorias: conceituação, âmbitos de ocorrência, tipos de intérpretes, formação dos intérpretes.

Conceituação

Sobre conceituação, como o próprio nome diz, buscamos as definições dadas pelos autores sobre interpretação comunitária. Rodrigues (2010) afirma que interpretação comunitária é aquela que se dá na esfera pública, com o objetivo de facilitar a comunicação dos não falantes da língua oficial do país e permitir acesso aos serviços. Queiroz (2014) afirma que é a que ocorre em contextos comunitários. Jesus (2013) acrescenta que esta é a forma de interpretação mais antiga do mundo. Pereira (2015) também a define como interpretação cultural, de serviços públicos, de diálogos, e *ad hoc*, porém, alega que o termo comunitário é o mais aceito atualmente. Origuela (2021) apresenta outras nomenclaturas disponíveis na literatura como: interpretação de acompanhamento, cultural, *ad hoc* ou não profissional, de serviços públicos, dialogal, humanitária, em base de conflitos, mediação intercultural, dentre outros. Moura (2021) afirma que a interpretação comunitária é aquela que acontece em diálogos intrassociais, principalmente envolvendo direitos e deveres. Percebemos que os trabalhos consultados não são unânimes na conceituação da interpretação comunitária, pois é um campo bastante amplo, que envolve diversos contextos que podem ser pesquisados como campos individuais como: justiça, saúde, educação, etc. Para sintetizar, apresento o seguinte quadro:

Quadro 4 – Conceituação de interpretação comunitária

Autor	Conceituação de interpretação comunitária
Rodrigues (2010)	Esfera pública, não-falantes da língua oficial, acesso aos serviços
Jesus (2013)	Forma de interpretação mais antiga do mundo
Queiroz (2014)	Contextos comunitários
Pereira (2015)	Cultural, de serviços públicos, de diálogos, <i>ad hoc</i>
Moura (2021)	Diálogos intrassociais, envolve direitos e deveres
Origuela (2021).	interpretação de acompanhamento, cultural, <i>ad hoc</i> ou não profissional, de serviços públicos, dialogal, humanitária, em base de conflitos, mediação intercultural.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Âmbitos de ocorrência

A proposta dessa subcategoria é identificar em quais contextos ocorre a interpretação comunitária na visão dos autores pesquisados. Rodrigues (2010) afirma que a interpretação comunitária ocorre na educação, saúde, contextos legais, entre outros e Origuela (2021) cita os espaços institucionais, os contextos jurídicos de forma bastante ampla, considerando fronteiras e aeroportos; de saúde; de assistência social. Queiroz (2014) acrescenta que além de acontecer em áreas como saúde, educação, justiça, assistência social, negócios, ou seja, no nível intrassocial, é uma prática antiga no mundo todo. Moura (2021) acrescenta que ela tem início nos contextos religiosos e familiares, principalmente por meio do voluntariado. Conforme exposto na subcategoria conceituação, a interpretação comunitária é tão vasta quanto a sua definição, podendo ocorrer nos mais variados espaços sociais. Observe a síntese no quadro abaixo:

Quadro 5 – Âmbitos de ocorrência

Autor	Âmbitos de ocorrência
Rodrigues (2010)	Educação, saúde, contextos legais, entre outros.
Queiroz (2014)	Saúde, educação, justiça, assistência social, negócios.
Moura (2021)	Contextos religiosos, familiares.
Origuela (2021).	Espaços institucionais; contextos jurídicos, portos, aeroportos, fronteiras; saúde; assistência social.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Tipos de intérpretes

Aqui, procuramos perceber quem são as pessoas atuando no âmbito da interpretação comunitária, segundo os autores pesquisados. Rodrigues (2010) não faz uma distinção dos intérpretes que atuam na interpretação comunitária ou na interpretação de conferência, por exemplo, mas afirma que a atuação do não profissional, vizinhos, amigos, religiosos está atrelada à constituição da profissão.

Jesus (2013) afirma que as instituições médicas raramente dispõem de intérpretes contratados ou concursados em seus quadros e que há uma lacuna também na formação desses profissionais, sendo a atividade muitas vezes realizadas por amigos, religiosos e os próprios familiares, que também não se sentem confortáveis com a situação.

Pereira (2015) elenca os tradutores naturais que são os bilíngues sem formação incluindo crianças e adolescentes; o tradutor nativo, o *ad hoc*, que é o voluntário que percebe essa atuação como obrigação social ou moral, o que deveria ser uma exceção, mas é bastante frequente.

Para Origuela (2021) esse caráter *ad hoc* na interpretação comunitária, ou seja, a interpretação realizada por não profissionais no âmbito comunitário, é característico do Brasil, pois em outros lugares, a profissionalização nessa área já está estabelecida. Atuam dessa forma familiares, amigos, vizinhos, religiosos, filhos, muitas vezes acionados pela própria pessoa que demanda do serviço de interpretação. Para ela, a baixa remuneração impede que profissionais se interessem por essa área.

Queiroz (2014) relata que no judiciário há a presença dos intérpretes públicos, comerciais, ou forenses para as línguas orais, mas estes não passam por nenhuma avaliação, formação, e tem remuneração baixíssima. Na área da saúde a mediação tem ocorrido também de forma improvisada, ela alerta para a carga emocional envolvida, os riscos, e a necessidade de competência técnica. São funcionários bilíngues dos hospitais, amigos, familiares, incluindo crianças, voluntários sem treinamento em interpretação na área da saúde. Percebemos nos trabalhos elencados a atuação na interpretação comunitária, tanto de profissionais intérpretes de Libras atuando de forma *ad hoc* em contextos distintos do seu ambiente de trabalho, quanto de bilíngues, voluntários (religiosos, vizinhos, amigos, familiares, incluindo crianças e adolescentes) sem capacitação para tal. Sintetizo os envolvidos, no quadro 6 abaixo:

Quadro 6 – Tipos de intérpretes

Autor	Tipos de Intérpretes
Rodrigues (2010)	Profissional e não profissional (vizinhos, amigos, religiosos)
Jesus (2013)	Amigos, religiosos, familiares.
Queiroz (2014)	Funcionários bilíngues dos hospitais; amigos; familiares, incluindo crianças; voluntários sem treinamento.
Pereira (2015)	Bilíngues sem formação; tradutor nativo (<i>ad hoc</i>)
Moura (2021)	Profissionais voluntários, não profissionais.
Origuela (2021).	Familiares, amigos, vizinhos, religiosos, filhos.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Formação

Essa subcategoria se propõe a relatar a formação (ou a falta dela) dos intérpretes profissionais, que atuam na interpretação comunitária. Rodrigues (2010) acredita que muitos profissionais são formados na prática, principalmente no âmbito religioso, e aponta a necessidade de uma formação ampla e profunda, com características cognitivas e sócio-interativas, já que os intérpretes tanto irão atuar em conferências, quanto no âmbito comunitário. Ele cita Wadesnjo (2008), para o qual a interpretação comunitária é realizada muitas vezes por pessoas sem formação e com baixa ou nenhuma remuneração.

Jesus (2013) aponta a deficiência de formação de intérpretes para atuar na área médica mesmo em cursos superiores como o Letras/Libras que não aborda a formação para contextos comunitários em uma disciplina transversal. Segundo ele, tal formação tem ocorrido de forma empírica. Ele cita a Lei 10.098/2000 que aponta a obrigatoriedade do poder público de prover a formação do intérprete de Libras.

Pereira (2015) destaca a utilização dos intérpretes sem formação, inclusive crianças e adolescentes no contexto comunitário.

Para Origuela (2021) citando Hale (2007) a formação do intérprete comunitário é um grande desafio devido ao não reconhecimento dessa necessidade, a falta de obrigatoriedade dessa formação, a existência de cursos curtos ou suficientes para as realidades que se apresentam, dentre outros. Em pesquisa realizada por Moura (2021) com 27 intérpretes de Libras respondentes sobre a atuação no pré-natal e parto, nenhum deles alegou apresentar formação específica na área, sendo que 92,6% atuam profissionalmente em diversas áreas, inclusive na interpretação comunitária na saúde e em outros âmbitos e 7,4% atuam somente esporadicamente na interpretação comunitária.

Para Queiroz (2014) os atores que mediam a comunicação na área da saúde não têm formação apropriada, nem da terminologia em Libras, nem de aspectos como anatomia e fisiologia humana. A autora faz uma crítica aos currículos dos cursos de formação que são mais voltados à tradução e à interpretação de conferências. Ela acrescenta que o Letras/Libras da UFSC recentemente incluiu no currículo tópicos de interpretação na área da saúde e outras de interpretação comunitária em disciplinas como Estudos da Interpretação ou Laboratório de Interpretação. Ela faz uma crítica também às entidades profissionais que não promovem nenhuma formação nem mesmo a construção de um código de ética específico para essa área. Cita experiências de formação no Canadá e nos Estados Unidos que ainda precisam ser

aprimoradas para contemplar de forma integral o conjunto de competências e habilidades para atuação no contexto da saúde e aborda uma experiência exitosa surgida em parceria entre Universidades da Áustria, Alemanha Finlândia e Eslovênia, entre 2007 e 2009, intitulada MedInt, onde um dos objetivos era conscientizar médicos e pacientes sobre a necessidade de utilização de intérprete profissional para mediar esse tipo de comunicação. Percebemos que mesmo entre os profissionais há uma grande lacuna na formação para o contexto de interpretação comunitária. Sintetizo a formação elencada por esses autores no quadro abaixo:

Quadro 7 - Formação

Autor	Formação
Rodrigues (2010)	Formação prática ou sem formação.
Jesus (2013)	Formação empírica.
Queiroz (2014)	Sem formação apropriada.
Pereira (2015)	Sem formação, incluindo crianças e adolescentes.
Moura (2021)	Sem formação específica.
Origuela (2021).	Sem formação.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

3.3 Questões inerentes aos indivíduos surdos

Nesta parte da análise dos dados, agrupamos algumas categorias que estão mais relacionadas aos surdos e suas vidas. Deste modo, serão indicados, subsequentemente, um mapeamento das seguintes categorias: implicações para o público surdo, menção ao direito linguístico, e perspectivas futuras (pensando aqui que esta indicação impacta na vida das pessoas surdas, seja por reconhecimento da atividade, seja por formação especializada).

Implicações para o público surdo

A presente categoria objetivou identificar quais são as implicações para o público surdo da mediação *ad hoc* ou não profissional, sendo identificados também prejuízos para outros grupos minoritários. Segundo Queiroz (2014), referindo-se à área da saúde, objeto de sua pesquisa, somente com a oferta de serviços de interpretação profissionais o paciente teria acesso irrestrito à informações sobre sua saúde, o serviço oferecido na instituição, os protocolos de

atendimento e o corpo médico, possibilitando o desenvolvimento de sua autonomia, decisões mais acertadas e promoção do vínculo entre usuário e profissional de saúde. “Entre os riscos estão o desconhecimento, o uso inadequado ou a omissão de termos médicos, vitais para o sucesso da interação, do diagnóstico, do tratamento e, por conseguinte, da saúde do paciente”. (QUEIROZ, 2014, p. 216).

Rodrigues (2010) denuncia um afastamento dos intérpretes da convivência com o público-alvo, o que faz com que eles utilizem uma forma sinalizada do português e não a língua de sinais de fato. O que interfere negativamente na qualidade do serviço oferecido.

Jesus (2013) aponta que o surdo deixa de ter um atendimento de qualidade quando o profissional não é habilitado no contexto de saúde, ficando esquecido com relação ao acesso à informação.

Pereira (2015) não cita especificamente prejuízos para o público surdo, já que sua pesquisa tem foco terminológico, mas alerta para o grande prejuízo psicológico de crianças e adolescentes que estão atuando como intérpretes sem ter maturidade para tal, passando por situações de estresse, angústia e frustração por não saberem lidar com algumas situações.

Os autores são unânimes em afirmar os diversos prejuízos causados à pessoa surda pela falta da acessibilidade linguística adequada, desde informações incorretas, problemas na comunicação, questões éticas, dentre outros. As implicações acima descritas estão resumidas no quadro 8:

Quadro 8 - Implicações da interpretação *ad hoc* para os surdos

Autor	Implicações da interpretação <i>ad hoc</i> para os surdos
Rodrigues (2010)	Qualidade do serviço, português sinalizado
Jesus (2013)	Prejuízo da qualidade e do acesso à informação
Queiroz (2014)	Prejuízo de acesso à informações, da autonomia e do vínculo com o profissional, além de prejuízos do diagnóstico, tratamento e saúde.
Pereira (2015)	Prejuízos emocionais das crianças e adolescentes que atuam como intérpretes dos pais.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Menção à violação do direito linguístico

Essa subcategoria objetiva verificar o que esses autores abordam sobre a violação do direito linguístico dos surdos, em sua maioria, não o faz de forma explícita. Jesus (2013) não

aborda a violação do direito linguístico, mas afirma que se torna urgente a formação e a provisão de TISLP na interpretação comunitária.

Rodrigues (2010) também não aborda a violação de direitos linguísticos, para ele, os surdos se adaptam a essas situações improvisadas, inclusive ao intérprete, mesmo aquele com formação, que deixou de conviver com a comunidade surda e não realiza um trabalho adequado.

Já Moura (2021) afirma que o exercício de interpretação voluntária no âmbito comunitário revela a fragilidade das políticas públicas na garantia do direito à acessibilidade linguística, acarretando prejuízos no direito à informação de sua própria situação de saúde, por exemplo. A autora afirma que são vários direitos violados pela barreira linguística em um contexto de pandemia, onde as informações são armas poderosas para proteger a si mesmo e aos outros cidadãos. Para ela, a mulher surda no pré-natal e no parto acaba tendo que assumir o ônus para a garantia de seu direito linguístico e de cidadã.

Queiroz (2014) revela que não só os surdos, mas os demais não usuários de língua portuguesa no Brasil, como indígenas e imigrantes, estão tendo seu direito de acesso integral e igualitário à saúde violado, dado à barreira linguística. Ou seja, a violação do direito linguístico acarreta a violação de outros direitos.

Origuela (2021) cita os povos originários e os surdos como cidadãos que estão tendo seus direitos humanos e direitos linguísticos violados quando não tem acesso à interpretação profissional.

Abaixo a síntese sobre a abordagem dos autores à violação do direito linguístico:

Quadro 9 – Menção à violação do direito linguístico

Autor	Menção à violação do direito linguístico
Rodrigues (2010)	Não menciona acredita que os surdos vêm se adaptando a tais situações.
Jesus (2013)	Não menciona, mas aborda a urgência da provisão de TISLP no contexto comunitário.
Queiroz (2014)	Violação de direito linguístico e de acesso igualitário à saúde para surdos e outras minorias.
Moura (2021)	Aponta a fragilidade das políticas públicas na garantia do direito linguístico e à saúde eônus para a paciente.
Origuela (2021)	Violação de direitos linguísticos e direitos humanos dos surdos e de outras minorias.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Perspectivas futuras

Descrevemos a seguir as perspectivas futuras, como já dito, pensando aqui que esta indicação impacta na vida das pessoas surdas, seja por reconhecimento da atividade, seja por formação especializada. Deste modo, entendemos a remuneração e a capacitação para os intérpretes que atuam no contexto comunitário impactam positivamente na vida dos surdos que precisam desse serviço.

Rodrigues (2010) aborda a necessidade de uma formação que contemple as competências tradutórias e os aspectos práticos, contemplando a vivência na comunidade surda, sem, contudo, apontar perspectivas futuras.

Jesus (2013) espera que os cursos de graduação e pós-graduação na área de formação do tradutor/intérprete de língua de sinais possam incluir a formação na área da saúde.

Origuela (2021) acredita que os cursos de formação na área de interpretação comunitária devem ser de curta duração, em horário viável para trabalhadores, adequados à realidade local, até mesmo para a inserção de migrantes como alunos. O estudo descreve um a oferta de um curso piloto de extensão de curta duração, para introduzir a temática e sensibilizar profissionais que tinham experiência como *ad hoc*, para a necessidade de capacitação para a interpretação na área médica. Ela cita a necessidade de se pensar uma remuneração digna para o intérprete comunitário, de políticas públicas que garantam a obrigatoriedade do mesmo nas instituições que oferecem serviços públicos, já previstos pelo projeto de lei 5.182/2020. O serviço voluntário é percebido pela autora como um privilégio de classe e fala da necessidade de se pensar uma formação cidadã, livre de preconceitos, para o profissional que atuará nesses âmbitos.

Moura (2021) aponta a necessidade urgente de formação e certificação para atuação na área da saúde, que é o foco da sua pesquisa.

Queiroz (2014) fala da possibilidade de desenvolver parcerias institucionais para o desenvolvimento de cursos, revisão de currículos de graduação e programas de formação de carga horária curta inspirados em programas como o MedInt. Ela argumenta sobre a necessidade de certificação e estabelecimento da atividade como campo profissional no país, todas essas propostas considerando aqueles que já atuam como intérpretes profissionalmente para que eles passem a atuar no campo da saúde. Tais apontamentos estão descritos no quadro a seguir:

Quadro 10 – Perspectivas futuras.

Autor	Perspectivas futuras
Rodrigues (2010)	Aborda a necessidade de uma formação que contemple competências tradutória e aspectos práticos.
Jesus (2013)	Espera que os cursos de graduação e pós-graduação incluam a formação para atuação na área da saúde.
Queiroz (2014)	Parcerias institucionais, desenvolvimento de cursos, adequação de currículos de graduação e programas de curta duração.
Pereira (2015)	Não aponta.
Moura (2021)	Necessidade urgente de formação e capacitação.
Origuela (2021)	Necessidade de cursos de curta duração em horário favorável para trabalhador, com a inclusão de migrantes.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Procederemos, no próximo capítulo, as considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa trouxe, por meio de um mapeamento a partir da revisão de literatura de abordagem quali-quantitativa, o ponto de vista de vários autores sobre a interpretação comunitária em seus diversos contextos, destacando a que é realizada de maneira não profissional ou *ad hoc*, e o que isso acarreta na vida do cidadão surdo. O interesse nessa temática surgiu da percepção de uma lacuna em minha formação, considerando um tema ao qual estou exposta no meu cotidiano.

A disponibilidade de pesquisas brasileiras sobre o assunto é incipiente, entretanto nos trabalhos encontrados, é consenso entre os autores que a prática da interpretação não profissional está longe de ser extinta, assim como a escassez de profissionais qualificados na área. Evidentemente, esses são dados que impactam diretamente a vida da pessoa surda, tendo em vista que a comunicação fica bastante precária, pois na maioria das vezes é mediada por pessoas não qualificadas, parentes, amigos, vizinhos ou até mesmo a própria pessoa surda precisa improvisar com a leitura labial, gestos ou escrita a fim de conseguir qualquer comunicação possível. Também é recorrente que profissionais que atuam na área da educação, por exemplo, assumam interpretações pontuais nas áreas de saúde, justiça, assistência social, ou outras, para as quais não tenha uma formação específica.

Os resultados obtidos nessa pesquisa reforçam o que já era esperado: a falta de profissionais tradutores e intérpretes de Libras/Língua Portuguesa (TILSP) no âmbito comunitário, apesar de existirem leis que regulamentam o direito da pessoa surda à acessibilidade comunicacional nesses espaços. Essa legislação é recente, contudo, o que se espera das autoridades é que houvesse agilidade nas execuções das mesmas para que os surdos usufruam dos seus direitos. Seria uma utopia pensar que em cada setor público teria um profissional intérprete. Primeiro, porque não temos intérpretes suficientes para ocupar essas lacunas; segundo, é que a demanda por intérpretes no contexto da interpretação comunitária é muito grande e aqueles que conseguem alcançar uma fluência linguística maior da Libras, procuram ingressar nos serviços públicos por meio de concursos para terem melhor valorização profissional e estabilidade.

Segundo Pereira (2008), a maioria dos intérpretes trabalha na área educacional por causa das políticas inclusivas. De acordo com Queiroz (2014) e Jesus (2013), as barreiras linguísticas enfrentadas pelos grupos minoritários e a falta de mediadores nesses estabelecimentos públicos têm levado essas pessoas a buscarem ajuda linguística *ad hoc* no meio familiar ou entre amigos.

Os estudos desta pesquisa são unânimes ao destacar a falta de preparo dos mediadores não profissionais, a falta de proficiência da língua, de conhecimento de terminologias e o risco para quem usufrui desta prática. Por outro lado, os estudos também mostram uma lacuna na área de treinamentos específicos com objetivos de conduzir essas pessoas a um aperfeiçoamento na área de atuação. Percebemos até mesmo uma lacuna de formação dos intérpretes profissionais para atuação em alguns contextos comunitários, já que a maioria das formações privilegia a área da educação.

Apesar de todos esses impasses, temos vivenciado nos últimos anos uma evolução significativa no âmbito da interpretação comunitária. Mas ao mesmo tempo, percebemos que o ideal ainda é distante.

Diante disso, é sábio dizer que este não é um caminho curto a ser percorrido e que ainda apresenta muitos desafios, principalmente em relação à baixa disponibilidade de profissionais capacitados para atuar como TILSP. A interpretação comunitária precisa ser amplamente discutida, bem como os direitos das pessoas surdas, e as políticas linguísticas, que em teoria parecem ser eficientes, entretanto ficou claro que na prática isso não acontece. Assim, futuros aprofundamentos no tema são recomendados, a fim de encontrar meios de diminuir a discrepância entre o ideal e o real; buscando a inclusão, de maneira eficaz e eficiente, das pessoas surdas na sociedade.

REFERÊNCIAS

EBC. **País tem 10,7 milhões de pessoas com deficiência auditiva, diz estudo**. Publicado em 13/10/2019 por Alana Gandra – Repórter da Agência Brasil - Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-10/brasil-tem-107-milhoes-de-deficientes-auditivos-diz-estudo>> Acesso em: ago. 2021.

BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: **Senado Federal**: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL, Decreto 5.626 de Dezembro 2.005. Regulamenta a Lei nº10.436 de Abril de 2.002. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 dez. 2005

BRASIL. Decreto 9.656/2018. Altera o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 dez. 2018.

BRASIL. Lei n. 10.436 de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 abr. 2002.

BRASIL, Lei n.12.319/2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. **Diário Oficial da União**, Brasília, 02 set. 2010.

BRASIL. Lei n. 14.191 de 03 de agosto de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. **Diário Oficial da União**, Brasília, 04 ago. 2021.

CAVALLO, Patrícia.; REUILLARD, Patrícia Chitoni Ramos. **Estudos da Interpretação: tendências atuais da pesquisa brasileira**. Letras & Letras, v. 32, n. 1, p. 353-368, 21 ago. 2016. Disponível em: < <http://www.seer.ufu.br/index.php/letraseletras/article/view/33199/18704>> Acesso em 04 ago. 2021.

GESSER, Audrei. **Libras, que língua é essa?:** Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Estudo de caso**. São Paulo: Atlas, 2009.

JESUS, Ringo Bez de. **A interpretação médica para surdos: a atuação de intérpretes de Libras/Português em contextos da saúde**. TCC(graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Comunicação e Expressão. Letras Libras. Florianópolis. 2013

LEITE, Emeli Marques Costa. **Os papéis do intérprete de libras na sala de aula inclusiva**. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar de Linguística Aplicada). Rio de Janeiro: UFRJ/Faculdade de Letras, 2004. 190f. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/191535>> Acesso em: 05 ago. 2021.

MOURA, Márcia dos Santos Costa. **Os Desafios da Atuação dos Tradutores Intérpretes de LIBRAS/Português no Atendimento ao Pré-Natal e Parto de Mulheres Surdas.** TCC(graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Comunicação e Expressão. Letras Libras. Florianópolis. 2021.

ORIGUELA, Daniella Avelaneda. **A atuação do intérprete comunitário junto às comunidades imigrantes no Brasil.** In: LIMA, Érica; PISETTA, Lenita Rimoli; VERAS, Viviane. (org.) E por falar em tradução [livro eletrônico] Bauru, SP: Canal 6, 2021. Disponível em: < http://www.canal6.com.br/livros_loja/Cap02_E_por_falar_em_traducao.pdf.> Acesso em 10 jul. 2021.

PAGURA, Reynaldo José. **A Interpretação de Conferências:** Interfaces com a Tradução Escrita e Implicações para a Formação de Intérpretes e Tradutores. D.E.L.T.A., 19: ESPECIAL, 2003 (209-236). Disponível em:< <https://www.scielo.br/j/delta/a/46vXjxRxNSgjjK73DyHjbHD/?lang=pt&format=pdf>> Acesso em 20 jun. 2021.

PAGURA, Reynaldo José. **Tradução & interpretação.** In: AMORIM, LM., RODRIGUES, CC., and STUPIELLO, ÉNA., orgs. Tradução &: perspectivas teóricas e práticas [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, pp. 183-207. Disponível em: < <http://books.scielo.org/id/6vkk8/pdf/amorim-9788568334614-09.pdf>> Acesso em: 10 jul. 2021.

PEREIRA, Maria Cristina Pires. **Interpretação Interlingue:** as especificidades da interpretação de língua de sinais. Cadernos de Tradução. n.21, v.1, 135-156, Florianópolis: UFSC, PGET, 2008.

PEREIRA, Maria Cristina Pires. **Reflexões sobre a tipologia da interpretação de Línguas de Sinais.** Cadernos de Tradução, Florianópolis, v.35, Nº especial 2, p.46-77.UFSC: 2015. Disponível em: <<https://www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&idt=artc&cat=16&idart=458>> Acesso em 04 ago, 2021.

POCHHACKER, Franz. **‘Getting organized’:** The Evolution Of Community Interpreting. Interpreting. Volume 4, janeiro 1999, p. 125–140. John Benjamins Publishing Co.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: < <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

QUADROS, Ronice Muller de. **Documentação da Língua Brasileira de Sinais.** Anais do Seminário Ibero-americano de Diversidade Linguística. Eixo: Produção e Gestão do Conhecimento em Diversidade Linguística. Foz do Iguaçu, 2014. Publicado em abr. 2016. Disponível em:< <https://core.ac.uk/download/pdf/187765477.pdf>> Acesso em: 20 jun. 2021.

QUADROS, Ronice Muller de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa** / Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília : MEC; SEESP, 2004. 94 p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>> Acesso em: 10 ago. 2021.

QUADROS, Ronice Muller de. **Língua de Herança: Língua Brasileira de Sinais**. Porto Alegre: Penso, 2017, 247p.

QUEIROZ, Mylene. **A interpretação médica no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) UFSC: Florianópolis, 2011. 136.p. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/95825/294597.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 20 jun. 2021

QUEIROZ, Mylene. **Panorama da interpretação em contextos médicos no Brasil: perspectivas**. Tradterm, [S. l.], v. 23, p. 193-223, 2014. DOI: 10.11606/issn.2317-9511.tradterm.2014.85577. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/tradterm/article/view/85577>. Acesso em: 27 ago. 2021.

RODRIGUES, Carlos Henrique. **Da interpretação comunitária à interpretação de conferência: desafios para formação de intérpretes de língua de sinais**. In: II Congresso Brasileiro de Pesquisa em Tradução e Interpretação de Língua de Sinais Brasileira, Florianópolis: UFSC, 2010.

RODRIGUES, Carlos Henrique. **Interpretação comunitária: aula da disciplina de laboratório IV do bacharelado em Letras Libras à Distância da Universidade Federal de Santa Catarina**, Florianópolis, 17 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jT3b2a6GTA4&feature=emb_logo> Acesso em 17 de outubro de 2020.

RODRIGUES, Carlos Henrique; BEER, Hanna. **Direitos, Políticas e Línguas: divergências e convergências na/da/para educação de surdos**. SEÇÃO TEMÁTICA: EDUCAÇÃO DE SURDOS • Educ. Real. 41 (3) • Jul-Sep 2016. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/2175-623661114>> Acesso em: 10 ago. 2021.

RODRIGUES, Carlos Henrique; BEER, Hanna. **Os Estudos da Tradução e da Interpretação de Línguas de Sinais: Novo Campo Disciplinar Emergente?** Cad. Trad., Florianópolis, v. 35, nº especial 2, p. 17-45, jul-dez, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2015v35nesp2p17/30707>> Acesso em: 10 ago. 2021.

RODRIGUES, Carlos Henrique e SANTOS, Silvana Aguiar. **A interpretação e a tradução de/para línguas de sinais: contextos de serviços públicos**. Tradução em Revista, 24, 2018.12, Disponível em: < <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/34535/34535.PDF>> Acesso em 25 Jul. 2021.

STROBEL, Karin Lílian. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 3. ed. rev.- Florianópolis: Ed. da UFSC, 2015.

UFSC. - **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Letras Libras** – Bacharelado na Modalidade a Distância. Pró-Reitoria de Ensino de Graduação – PREG. Secretaria de Educação à Distância – SEAD. Centro de Comunicação e Expressão – CCE. UFSC, Florianópolis, 21 de novembro de 2017.

VASCONCELLOS, Maria Lúcia. BARTHOLAMEI JUNIOR, Lautenai Antônio. **Estudos da Tradução I**. Texto base da Disciplina de Estudos da Tradução I do Bacharelado em Letras/Libras, modalidade à distância da Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Comunicação e Expressão: UFSC, Florianópolis, 2009. Disponível em: <https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoPedagogico/laboratorios/site/midias/laboratorio_3_tudo/textos_base/Texto_Base_Estudos_Traducao_I.pdf> Acesso em: 10 ago. 2021